

Reflexões em torno da emergência do *Memorial de Lembrança de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881 – 1930)*

DANIELLI DA SILVA BORGES REIS*

Através da palavra escrita, instantes correntes – e dignos de nota – são registrados por seus autores transformando-se em testemunhos e história sob o olhar atento do pesquisador. Com base nessa premissa que lhes apresentarei para subsequentes reflexões um documento original e único, em sua forma e estrutura, escrito por uma vilaboense durante aproximadamente cinco décadas, praticamente ininterruptas, na Cidade de Goiás nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX: o *Memorial de Lembrança de Anna Joaquina Marques (1881 – 1930)*. Trata-se de um manuscrito, já transcrito, de surpreendente densidade textual, no qual se encontram registros quase que diários e, porque não propormos, evidências de aprisionamento do presente em sua contemporaneidade¹.

Pensar a escrita cotidiana não é tarefa fácil, pois tal prática nos pode sugerir, de maneira equivocada, um simples registro dos fatos que se encontram dispostos a mercê do olhar de quem os contempla, de quem os noticia. Mas não, tampouco analisamos ser esta uma prática comum como, e não menos, possuir um suporte óbvio.

Ao contrapormos as escritas de si e dos outros – se é que essa distinção pode ou não ser aqui estabelecida – existentes no Brasil a partir do século XIX com as escrituras do século anterior, percebemos uma lógica escriturária bastante diferenciada, dado estar a escrita pessoal do século XVIII diretamente vinculada a corpos pertencentes ao universo aristocrático e caracterizar-se por uma forma e função de cunho informativo oficial, isto é, são escrituras formais, instrumentos privilegiados cujos domínios e usos encontravam-se amarrados às posições e, por conseqüência, ocupações sociais e políticas de uma sociedade hierarquizada e pré-definida. Esse gênero da escrita, no qual os homens de mando deixavam conselhos, sugestões e advertências aos seus destinatários, possibilitava formas de intensificação das relações presentes e necessárias neste domínio da vida social e, principalmente, eram registros valiosos deixados com o

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás – UFG, bolsista CAPES.

¹ Cabe-nos aqui colocar ser esta uma pesquisa que se encontra em fase inicial de trabalho. Deste modo, não possui caráter conclusivo, mas sim colocações a serem pensadas.

objetivo de causar mudanças para quem os herdaria. Tratava-se mais de documentos sociais do que comunicações pessoais dirigidos a um público especificamente interessado e, por vezes, às gerações vindouras (SALOMON, 2010: 8-21).

No Brasil do século XIX é que evidenciamos, então, o aparecimento de uma nova massa documental sob a qual o indivíduo comum passa a partilhar de uma prática – escrever, registrar sua vida – antes circunscrita ao universo da aristocracia e determinada por valores estruturais de desigualdade. Abordar essa prática singular de registro exercida como um acontecimento a ser historicizado é nosso maior intento, pois analisar os documentos fornecidos por estes a partir do tipo e da forma de inscrição presente nos pode indicar novos estatutos de sua história na medida em que, para tanto, este indivíduo rompe com o lugar que lhe fora assinalado na ordem social, redefinindo seu espaço e seu tempo na hierarquia de sua época (SALOMON, 2010: 38-44). Nesse sentido, nos é fundamental identificar no registro da lembrança como este se apresenta ao leitor, como se expressa. Mas para tanto, nos cabe lembrar não ser a autora Anna Joaquina uma escritora, e sim uma escrevente nos moldes conceituais de Roland Barthes, que define escrevente como “aquele que utiliza a linguagem com uma finalidade – ‘testemunhar, explicar, ensinar’ – o que faz com que a palavra seja reduzida ‘à natureza de um instrumento’”, sem maior preocupação literária (BARTHES, 1982 *apud* MALUF, 1995: 27-28). Acionado, pois, o dispositivo discursivo, Anna nos dá sinais de que coleciona os fatos através de seus registros, considerando que estes respondem a uma ordem cronológica rígida e constante (dia após dia); e que mantém o controle sob a escrita que pratica. Sobre esse último aspecto, Artières assegura que “um traço comum às práticas de arquivamento é com efeito um desejo de *tomar distância em relação a si próprio*” (ARTIÈRES, 1998: 24, grifo do autor).

No que tange ao seu aspecto material, o *Memorial* se constitui num conjunto de cadernos reaproveitados e folhas avulsas marcadas pela tinta de sua pena. Acreditamos não possuírem estes cadernos uma forma de expressão pessoal e intimista – normalmente encontrada em diários íntimos – assim como um suporte esperado comumente a este tipo de prática diária. Ao invés disso, dispomos de uma sequência de cadernos e brochuras, provavelmente, em sua maior parte, de ex-alunos de sua irmã professora (Nhola) entre outras opções que lhe estavam disponíveis no momento de sua escrita. No interior do *Memorial* encontramos também orações, folhetins e rascunhos da

autora, fragmentos de um suposto projeto escriturário que indiretamente nos remete ao perfil de nossa personagem principal.

Seus registros, nas quais a memorialista se preocupou em “escrever tudo o q’ se der p.^a não ficar no esquecimento” (MARQUES, 1895) ², nos indicam, de certo modo, os intuitos a que se presta: um repositório das idas e vindas da antiga capital do Estado, contexto de sua inserção e auto-inscrição, como veremos a seguir:

[Dia] 2 Eu e Lili fomos em caza [sic] do Juca ver Mariquinha
[Dia] 6 Eu e Lili fomos ao Trido do Divino Espírito Santo.
[Dia] 7 Faleceu a D. [...] ³ [m]⁴.^{er} do Paulo Povôa, no Camin[ho] [...] do João Franc.^o q’ vinha da sua Chacara p.^a a cidade.
[Dia] 8 de junho de 1889 Sabado do Espirito Santo houve alevantam.^{to} de mastro, m.^{tos} fogos os Capitães do mastro m.^{to} bom
[Dia] 9 Houve a festa do Imperador o Eduardo de Abreu. E q.^{do} acabou Sahio p.^a Imperador do anno de 90 O S.^r Vicente Sancho de Almeida.
[Dia] 10 o Eduardo fez Cavalhadas Bailes (isto é eu não fui) depois das Cavalhadas acabadas houve o baile oferecido aos Cavalheiros (esse eu fui.)
[Dia] 15 Houve baile em Caza do Chico Vianna, eu e Lili fomos Em Lovôr de ter elle sido Cap.^m do mastro do Divino
[Dia] 16 Domingo – Eu e Nholo fomos ao Siminario na festa do coração de Jezus [sic]. O Sermão foi pregado p.^{lo} Bispo.
[Dia] 18 Maria Hipolita veio aqui falar p.^a p.^r menina na escola nessa tarde Nholo foi na caza do Juca Roz’. Ver Mariq.^a e D. Deolinda veio aqui. nessa noite chegou o Correio da Côrte trazendo a notícia da queda do partido Conservador, houve muitos fogos, e mais tarde houve uma alvorada Concorr.^a (MARQUES, 1889.06.2-18)

Como expectadora da vida dos outros e da própria vida, ora no papel de testemunha ora no papel de correspondente do leitor, sua função parece ser a de noticiar, registrando o tempo que passa diluído em notícias vindas da corte, em visitas domiciliares, em bailes e festas religiosas, “suarê[s]”⁵, em casamentos, nascimentos, batizados e óbitos. São práticas sociais, modos de vida e de sociabilidade que se assemelham aos modelos aristocráticos franceses e que foram importados e incorporados como parte da rotina de hábitos e práticas brasileiros (LACERDA, 2003:

² As referências a respeito do memorial seguirão a ordem autoria, ano, mês e dia, quando necessário for, em que o registro foi feito. Neste caso, a citação corresponde ao ano todo.

³ Este símbolo indica um trecho do *Memorial* onde não é possível realizar a leitura de palavras ou frases devido à danificação causada por traças ou pela perda de pedaços do mesmo.

⁴ As palavras que se encontram entre colchetes não estão explícitas no *Memorial* devido às mesmas causas citadas anteriormente, mas podem ser inferidas por analogia ou comparação do trecho indeterminado com outros trechos.

⁵ MARQUES, 1881.06.16. Acredita-se que a autora desejava registrar noites de *soirée* ao escrever dessa forma.

235-6). Tal fato nos leva a ponderar se Anna Joaquina se exprime com um comportamento social aparentemente alinhado aos moldes franceses do final do século XVII, visto que, igualmente, nega aos seus apontamentos as partes de sua vida que deseja manter abrigadas em seu interior. Segundo Euzébio Carvalho (2008), que aproxima o estilo escriturário de Anna Joaquina, mesmo que de maneira cautelosa devido à distância temporal de um século entre o caso francês e o vilaboense, ao *livre de raison* apresentado por Madeleine Foisil em “A Escritura do Foro Privado” (1991), há que se considerar a forte influência francesa na sociabilidade brasileira, principalmente durante o século XIX, período em que o documento manifestava suas primeiras letras. Na França do século XVIII, “as pessoas não se permitiam falar de afetividade. Muitos consideravam indigno tal assunto e comportamento. Para além de seu aspecto formal, talvez isso explique o decoro e a discrição corrente, à época, nos *livres de raison*” (CARVALHO, 2008: 62).

Ao analisar memórias, diários e *livres de raison* – expressões essenciais da escritura privada – dos finais do século XVII e século XVIII, Madeleine Foisil denomina de *livre de raison* uma espécie de livro de contas francês, no qual pais de família e comerciantes anotavam tudo o que recebiam e gastavam a fim de manter o controle administrativo dos negócios, ou do mesmo modo, onde se registrava “batismos, casamentos, óbitos e pequenos fatos da vida da comunidade, mantendo em total segredo o âmbito privado” (FOISIL, 1991: 335). Segundo a autora, trata-se de uma forma de escrita seca na estrutura e monótona no conteúdo se comparado aos diários ingleses, infinitamente mais ricos em anotações que se justapõem num estilo bem mais narrativo, moderno, abundante e precursor; mas que nos parece análogo aos registros encontrados em Anna Joaquina. Para Foisil, as infusões do “eu” e a consciência do corpo é uma raridade nos escritos privados franceses, embora não o deixem de ser reconstituições de um modo de vida, talvez de uma vida um pouco distante do que se poderia chamar – mesmo que com ressalvas – de moderno, mas onde não há uma clara distinção entre o público e o privado, onde o dentro e o fora se mesclam a todo instante. Na Europa, desde o século XVIII tornara-se comum as expressões do “eu”, mas de que maneira tal fato pode ou não ter realmente influenciado a escrita que se lê de nossa memorialista.

Suas escrituras, em grande parte, mantêm uma regularidade sistemática entendida através do excesso de tinta absorvida pela página anterior quando esta

encontra o registro recém-inaugurado no ato de fechar o caderno. Suas notas são breves e pontuais, ou seja, não há narrativa, nem tampouco descrições detalhadas, apenas registros curtos inscritos em um único dia. Portanto, devido às ausências, os aspectos de sua vida privada e íntima permanecem, durante todo o *Memorial*, nas sombras, o que quer dizer que sua intimidade não se encontra ao sabor do leitor, “é preciso procurá-la além dos comportamentos codificados e das palavras” (RANUM, 1991: 211). Somente a partir do resgate de indícios deixados ocasionalmente pela memorialista, como desenhos de corações e flores ao lado de alguns nomes ou dias, ou mesmo nos raros adjetivos utilizados, é que a escrevente permite observar sua opinião e demais julgamentos que vai costurando junto às experiências como neste registro em que a autora nos diz:

Dia 14 Sesta [sic] feira da Paixão fomos a festa isto é, Eu Anna Ben.^e e Liberalina na Boa Morte e Nhola Lili Mariq.^a no Rosario. A tarde teve a via sacra q'.^e o P.^e Ramiro fez, acabada teve o Perdão q'.^e as meninas de Nhola costumão [sic] cantar. A noite teve a prossição [sic] do Costume, m.^s m.^{to} bonita e concorrida a Veronica foi Dezica de João Cord.^o cantou m.^{to} bem q.^{do} recolhêo [sic] o Frei Reginaldo q'.^e já tinha pregado do Lavapés 5^a feira (MARQUES, 1911.04.14).

Ao inscrever o presente entre o passado e o futuro, Anna Joaquina sugere estruturar a sua vida, considerando que “o presente é o que menos aparece, transformando-se imediatamente em passado e objeto de referência” (MARTIN-FUGIER, 1991: 195) no arquivamento de suas experiências. Dessa maneira, sua escrita se torna um instrumento em benefício da memória vilaboense, já que supostamente impelida pela necessidade de pontuar os acontecimentos ou quem sabe, simplesmente, identificar-se com suas inscrições ao ver-se nelas, com uma pena e um conjunto de cadernos reaproveitados, seu projeto de escritura vai se justificando e tecendo uma história que é a sua sobreposta a da Cidade de Goiás.

O contexto histórico gira, portanto, em torno da Cidade de Goiás dos finais do século XIX e início do século XX, na antiga Vila Boa e capital do Estado, consoante aos seus elementos sócio-culturais que, possivelmente, corroboraram na emergência deste tipo de escrita na antiga capital: a escrita de si e dos outros, prática existente na Europa desde o século XVII. Se levarmos ainda em consideração ser o Brasil um país de difusão tardia da alfabetização, o documento se faz ainda mais intrigante e

desafiador. Ana Maria Galvão, com base na contribuição de Alceu Ferrari⁶, fornece dados a respeito do primeiro censo nacional realizado em 1872, no qual mostra estar em cerca de 18% o índice de alfabetização do país entre pessoas de cinco anos ou mais. Em 1890 a proporção é ainda significativa, no qual os analfabetos constituíam uma massa da população de 82,3%. É somente a partir do século XX que “a escola passou a ocupar espaço central, na maior parte do país, no processo de transmissão dos saberes” (GALVÃO, 2007: 11). Em Goiás, tal situação se compara se atentarmos ao fato de que a antiga capital do Estado no século XIX não apresentava um processo de escolarização formal avançado. À instrução pública em Goiás afigurava-se faltar um plano de ensino adequado ou mesmo uma rede regular de escolas. O periódico “A Tribuna Livre”, órgão do Clube Liberal de Goyas, por vezes, destacou em primeira página a importância da educação pública para o Estado.

É a instrução popular o primeiro problema à resolver-se para que um pays atinja ao gráo de civilisação desejável; é a arma que prostra por terra o despotismo dos governos. Os Estados Unidos provão exuberantemente estas nossa asserções. Qual o pays que como essa nação, tem em tão pouco tempo chegado ao apogeu da civilisação? [...] Ninguem, pois, negará os bons efeitos que produz a illustração do espírito [...] (A Tribuna Livre, n. 50, 01 fev 1879)⁷.

O ensino receberia impulsos consideráveis em Goiás somente após as duas primeiras décadas do século XX (SILVA, 1975: 47). Assim sendo, os primeiros vínculos com a escrita, principalmente no caso das mulheres, se dava, para a grande maioria, no interior do espaço doméstico. Entretanto, há que se considerar a antiga capital como um pólo para a juventude do Estado, como “um centro de difusão de idéias e valores intelectuais recebidos nas faculdades de medicina e de direito, do Rio e de São Paulo, os principais centros de formação da elite econômica e política, vilaboense e goiana” (CARVALHO, 2008: 67).

⁶ FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados Preliminares, Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985 *apud* GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (et al.). *História da Cultura Escrita: Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2007.

⁷ Os temas em torno da instrução pública são constantes nesse periódico. O jornal atenta o leitor sobre a importância de uma reforma educacional para o progresso e desenvolvimento do Estado de Goiás, bem como do país. Outros artigos, pois, do mesmo periódico, sobre o assunto ver em: TRIBUNA LIVRE, 1879, n. 51, 57, 58, 59, 62, 64, 69, 72 e 74/IPEHBC.

As vias de intercâmbio com os principais centros do país (São Paulo e Rio de Janeiro), existentes até o final do século XIX, além do correio – e este ligava a província ao “mundo exterior” via lombo de burros em estradas e picadas precárias – e a troca de ideias com viajantes, eram o telégrafo, que só fora inaugurado em agosto de 1890, e os principais jornais da época que frequentemente publicavam notas a respeito de informações provindas da corte, assim como as principais notas de outros jornais do Estado, como é o caso da seção denominada Gazetilha do jornal “O Comércio” que passou a circular na antiga capital somente nas últimas décadas do século XIX, assim como os demais jornais do período.

Diante destas observações, percebe-se que a produção do *Memorial* e, do mesmo modo, os suportes utilizados pela autora, sugerem uma busca do tempo que se quer preservar, um desejo de fixar a memória, a trajetória social e garantir a lembrança em um contexto sócio-cultural que, a princípio, nos parece adverso a esse tipo de escrita: a escrita da memória pessoal experienciada por um indivíduo comum.

Anna Joaquina era filha natural – expressão comum em sua sociedade –, isto é, nascida de uma “relação ilícita” não regulamentada pelo sacramento do matrimônio, assim como seus outros cinco irmãos⁸, filhos de Dona Luiza. A mãe de Anna Joaquina relacionou-se com diferentes homens ao longo de sua vida, no caso específico de nossa memorialista a relação se deu com um funcionário público e reconhecido clérigo da capital da província, Pio Joaquim Marques. Contudo, ser uma filha natural não é significado para a caracterização econômica e tampouco social de Anna Joaquina, visto que a existência de filhos naturais, até o século XIX, foi comum em Goiás, tanto entre os populares quanto entre as elites (CARVALHO, 2008: 73-75). Cá foram inventados arranjos familiares bastante flexíveis que indignavam viajantes pós-iluministas em suas buscas por ordenamento e correlações com a Europa. Tal comportamento devia-se às encontradas “variedades de formas de uniões entre os casais, das famílias, com o concubinato e com as atitudes femininas quanto ao seu papel sexual” (LEMES, 2008: 15), o que não significa ser esta realidade necessariamente fruto de transgressões e descaminhos do povo vilaboense, mas sim, de um olhar orientado pela tida “civildade” européia. Segundo Claudia Lemes (2008), na verdade, diz ela, são mulheres que

⁸ A primogênita Esméria Olimpia de Souza, Antônio (Totó), Pacífica Josephina de Castro (Nhola), Maria Luiza de Castro (Mariquinha) e a caçula Luiza (Lili) (CARVALHO, 2008, p. 74).

desempenhavam um papel diferente do que era esperado pelos viajantes estrangeiros. Sendo assim, seus relatos devem ser vistos como generalizações que tentam estabelecer um modelo de mulher que não cabia àquele lugar de que comentavam.

Aparentemente, a autora fez parte do núcleo comum na sociabilidade vilaboense. Ainda que presente, por vezes, em grandes eventos sociais do calendário da cidade, a memorialista nos leva a crer não provir de família tradicional, embora sua irmã, a professora Pacífica Josefina de Castro (1826 – 1933) – a Mestre Nhola ou Inhola – tenha prestado papel fundamental na história da educação da cidade, sendo, inclusive, homenageada em quinze de novembro de 1919 com o jubileu de ouro no magistério “numa louvável demonstração de gratidão e civismo dos seus ex-alunos” (BRITO, 1974: 78) e referenciada – dentro de um conjunto de 32 relevantes perfis femininos para a história de Goiás – no livro biográfico “A mulher, A história e Goiás” da escritora e artista plástica Célia Coutinho S. Brito (1974). Nesse sentido, qual o caminho percorrido pela protagonista em questão para que a mesma – que não nos é considerada até o momento como membro da elite econômica e política do país tampouco “gente do povo”⁹ – nos deixasse um extenso relato memorialístico da sociabilidade pessoal e, por consequência, vilaboense nos moldes já apresentados anteriormente? Quais as sensibilidades presentes no contexto no qual se insere a produção do *Memorial*?

O que se elege no momento da escrita “pode representar-se como a exata expressão do que lhe dá lugar, de sua própria legitimidade” (RANCIÈRE, 1994: 74), problemática que, de certa maneira, norteia as tensões a respeito das obras em torno da “escrita de si”, e cujo olhar considera a escrita que se vê a partir de sua emergência. Em seus apontamentos a respeito do momento primeiro que é a decisão de escrever, Líliam de Lacerda (2003), insiste na dimensão afetiva desse gesto ligado à melancolia e à nostalgia provocada pela consciência do tempo que se esvai, de modo a garantir, em uma luta contra o esquecimento, uma experiência forte que torne imperioso o arquivo daquilo que pode ser dito. Essa suposta chave do arquivamento do eu é também

⁹ Segundo Carvalho, este termo, nas primeiras décadas do regime republicano, reunia sob a mesma denominação o negro, o mestiço, o mulato e o trabalhador imigrante. Baseado nos seis arquétipos femininos vilaboenses apresentados por Cora Coralina em *Todas as Vidas*, o autor, em nota de rodapé [nota 187], afirma não ser igualmente Anna Joaquina uma “mulher do povo”, ou seja, “[...] Bem proletária.// Bem linguaruda.// desabusada, sem preconceitos,// de casca-grossa,// de chinelinha,// de filharada”. Os outros arquétipos são: a cabocla, a lavadeira, a cozinheira, a roceira e a mulher da vida (CARVALHO, 2008: 69).

compartilhada por Alain Corbin (1991) em um artigo intitulado “O segredo do Indivíduo” quando este trata das preocupações que ameaçam o corpo, afirmando que, ao detectar o desperdício de si próprio, o indivíduo se proporciona meios de poupar e conservar sua história, já que não ter sabido assegurar essa transmissão engendra culpa e, logo, “incita a recolher aquilo que poderá pelo menos deixar uma marca” (CORBIN, 1991: 501).

Sendo assim, sob o escopo de compreender os motivos primeiros que originaram a escrita que se lê no que diz respeito à forma rígida e cronologicamente ordenada, ao aproveitamento quase que total do papel disponível, ao suporte utilizado e, se levarmos em consideração as escritas de “si” cruzadas até o momento¹⁰, à apresentação econômica e monótona dos eventos discorridos, se faz necessário pensar uma relação entre o contexto sócio-cultural em que os relatos se inserem e o aporte da escrita que se analisa, o que quer dizer buscar as idéias que influenciaram a ação e que modelaram os propósitos de Anna Joaquina Marques.

Ainda que a escrita cotidiana pressuponha um simples registro das coisas que compõem uma existência, (re)lembrar é uma reconstrução do momento atual, isto é, do lugar social e da imaginação daquele que lembra; e de uma necessidade presente no momento daquele que registra (MALUF, 1995: 31). Os títulos referentes às memórias assistem momentos de uma vida, são locais de registros que se faz para si mesmo (e para outros), servindo também para marcar o fio do tempo e para fazer a história de uma vida ao inscrever o presente numa continuidade (MARTIN-FUSIER, 1991: 196). Este ato de invocação do pretérito parece que garantir, de certa maneira, a posteridade, a normalidade, o reconhecimento e a sensação de identidade, ou seja, um presente que, alimentado pela memória, pode ser explorado e transformado em algo fecundo e duradouro no instante em que este passa a dividir seu espaço e tempo com a prática da escrita, revelando um pouco da vontade de ritmar o tempo, assim como supostas perturbações desse primitivo momento que é a decisão de escrever.

Ao projetarmos a escrita do referido *Memorial* no contexto social da época em que foi produzido acreditamos encontrar, no plano interpretativo, as explicações

¹⁰ Cartas de imigrantes, o diário de Helena Morley e de Ina Von Binzer, as memórias de Thomas Davatz, de Augusta Curado e Ofélia Monteiro, entre outros. É importante ressaltar a ciência, na contraposição das obras, de não serem todas elas escritas no mesmo tempo social e cronológico de Anna Joaquina. No entanto, a pesquisa cuidará de procurar registros contemporâneos a autora do *Memorial*.

plausíveis que justifiquem, no limite, o discurso apresentado pela autora: aquele que coleciona fatos, que internaliza o exterior em abundância, mas que, por outro lado, não exterioriza o interior, exclusivamente indica, sinaliza e registra, eclipsando momentos que lhe são íntimos e pessoais. Tamanha singularidade talvez possa vir a ser espelho de uma sociabilidade amical, na qual o público e o privado se embaralham todo o tempo, aparentemente presente na sociabilidade da capital de Goiás de antanho (XIX) e, por conseqüência, no conteúdo privilegiado por Anna Joaquina em seus registros. Para tanto, seria pertinente refletir até que ponto possuía nossa memorialista, e do mesmo modo a sociedade em questão, a consciência do corpo, um dos indícios de intimidade moderna e orientadora moral no ensejo de distinguir o privado e o público no cotidiano¹¹.

Os textos memorialísticos são perspectivas da realidade captadas pelo “eu” do narrador, são memórias individuais enlaçadas à memória do grupo, que por sua vez está integrada à memória mais ampla da sociedade, a coletiva (HALBWACHS, 1990 *apud* MALUF, 1995: 34-35), são arquivos consignados em favor da lembrança ou do que se deseja intencionalmente lembrar, onde estão inscritas, portanto, as marcas da existência coletiva, onde cada indivíduo imprime, na reconstituição dos eventos pretéritos, um significado a partir de seus enquadramentos sociais (MALUF, 1995: 83) Tais seleções, além de oficializarem a representação que se quer de si¹², surgem a partir dos filtros culturais disponíveis, no qual se inserem as relações materiais e padrões sociais de inserção.

De certa forma, o *Memorial* acaba que delineando o papel social que Anna Joaquina deseja empreender frente à sociedade ao demonstrar oficialmente sua existência a partir de um projeto escriturário daquilo que se julga importante e de onde se mapeiam os referenciais de sua vida (MALUF, 1995: 75-78); e do mesmo modo quando assegura, em nota de abertura do ano de 1898, ser o manuscrito um “Diário de

¹¹ A ideia de que os valores e padrões de comportamento se modificaram de acordo com uma autoconsciência que passa pela intimidade dos corpos é apresentada por Michelle Perrot, com a colaboração de Norbert Elias, na introdução da obra *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (1991: 10).

¹² Pierre Bourdieu supõe que o relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, preocupa-se, pelo menos em parte, em extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma constância e uma consistência como a do efeito à causa eficiente. Esse ganho de coerência faz do memorialista um ideólogo da própria vida, já que seleciona em função de uma intenção global, além de se tratar de uma forma particular de expressão de si que atesta a identidade de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais (BOURDIEU, 1996: 184-189).

Lembrança p.^a assentar os acontecim.¹⁰ do dia”, embora na folha de rosto desse caderno de registro a mesma tenha declarado ser o documento um “Memorial de Lembrança de Anna Joaquina da S.^a Marques”, dizer que se repetiu em outros anos¹³. Em 1921, a autora volta a reiterar o suposto uso que gostaria dar aos seus escritos: “Este livro é destinado p.^a escrever cousas [sic] ocorrido de todos os dias”.

O *Memorial* de Anna Joaquina, se comparado às fontes complementares de sua época no Brasil, inaugura uma singularidade pouco ajustável às categorias até então abordadas por autores e pesquisadores de memórias. Para elucidar essa questão recorreremos mais uma vez à obra de Marina Maluf que busca – busca esta compatível a este trabalho – diferenciar os gêneros memorialísticos, isto é, as formas de registro das lembranças e, todavia, como o “eu” narrador se constitui, lembrando não serem essas distinções narrativas rígidas em seus critérios.

“[...] tanto a memória quanto a autobiografia revelam igualmente a identidade do narrador e uma parcela significativa de experiências pessoais. O texto autobiográfico, porém, tem como núcleo essencial a realidade experimentada concretamente, isto é, embora a realidade exterior esteja incrustada na experiência, ela é vista a partir do impacto ou modificação interior, que constitui a própria experiência individual. Desse modo, o registro autobiográfico pressupõe uma reflexão sobre o mundo interior da experiência: seu objetivo é ‘uma vida, não simplesmente um registro de coisas que tenham’ roçado’ uma existência’. Já no texto memorialístico, embora a realidade exterior seja, de fato, manifestada em experiência consciente, o olhar do narrador está menos voltado para a vivência interior do que para a exterioridade dos fatos e dos acontecimentos. Seu interesse se aloja no âmbito dos eventos e é daí que retira e guarda lembranças significativas. No limite, ‘ele aspira ao olhar de Deus que tudo contempla’” (WEINTRAUB, 1975 apud MALUF, 1995: 46-47).

Escrever sobre os eventos passados, datá-los e organizá-los em papéis não seria para nós uma obviedade característica do século XIX em Goiás, sobretudo aos não profissionais, pouco familiarizados a esse tipo de inscrição e suporte. Tampouco distrair-se com as efusões da alma e dos sentimentos guardados em segredo pelo diário íntimo, cujos “níveis de detalhamento dos fatos cotidianos expressam uma forma de

¹³ Encontramos o termo “diário” nos registros da memorialista apenas uma vez. Entretanto, o termo “memorial” foi encontrado em nota de abertura nos anos de 1911, 1914, 1916 e 1917. A autora parece, a partir desse período, dedicar-se um pouco mais às suas notas, já que percebemos uma demanda maior de registros para um único dia, apesar de que as características apresentadas por sua escrita pouco tenham se alterado. Os registros seguem com o rígido ordenamento cronológico, com a forma parcimoniosa e de conteúdo público.

interlocução com o leitor e, ao mesmo tempo, estabelecem limites e possibilidades para a própria recepção do texto” tais como as discontinuidades “causadas por intervalos às vezes grandes de tempo, visto que o diário nem sempre é uma escrita sobre todos os dias de vida do depoente” (LACERDA, 2003: 44).

Contudo, no interior de toda esta arquitetura evocativa, o memorialista que se projeta para o futuro pretende ser fiel¹⁴ ao passado no qual esteve envolvido (direta ou indiretamente). Ainda assim, trata-se de um conhecimento inseguro – não controlado – que é a memória subjetiva e que a pesquisa buscará examinar prudentemente, posto que representações do real necessitam ser reimaginadas, lidas e analisadas “como fachos de luz sobre realidades que se pretende conhecer mais profundamente, como pistas e como modos de despistar” (MALUF, 1995: 45). Se o documento ideal é (e não mais) o original, se “a realidade é [e não mais] opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989: 177).

Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

BINZER, Ina Von. *Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1996.

BRITO, Célia Coutinho S. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1974.

CARTAS de Július Baumgarten. 1853. Fundo “Família Baumgarten” do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Traduzidas do alemão por Edith S. Eimer.

CARVALHO, Euzebio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881 – 1930)*. Goiânia, 2008. 281f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

¹⁴ Segundo Lilian de Lacerda, a autenticidade desse tipo de escrita “consiste no pacto do autor consigo mesmo, que supõe o engajamento íntimo e pessoal de enunciar a verdade dos fatos e dos sentimentos” (2003: 22)

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. *A história cultural - entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1987.

_____. *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. V.3. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

_____. Textos, impressão e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas, SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

_____. *Inscrever e Apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COMMÉRCIO, O. Órgão commercial e noticioso. Goiás: nº 01-22, Abr/1879 – Jan/1880. IPEHBC/UCG. (microfilme)

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CORETH, E. *Questões fundamentais de hermenêutica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Kelps/UCG, 2005.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Martins Fontes, 1951.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: ARIÈS, Philippe.; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (org.). *História da Cultura Escrita: Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2007.

GAY, Peter. *O Coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

GINZBURG, C. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais – morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitoras*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

- LAVRADIO, Marquês do. *Cartas da Bahia, 1768-1769*. Brasília: Imprensa Nacional, 1972.
- LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro, 1769-1776*. Brasília: Imprensa Nacional, 1972.
- LEMES, Claudia Graziela Ferreira. O olhar sobre a mulher goiana na bagagem dos viajantes. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PPG HISTÓRIA UFG/UCG, 1., Goiânia, 2008. Anais eletrônicos...Goiânia: UFG, 2008. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/14_ClaudiaLemes_OOlarSobreAMulherGoiana.pdf. Acesso em: 15 jul. 2010.
- MALUF, Marina. *Ruídos de memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARQUES, Anna Joaquina da Silva. *Memorial de lembrança*. Cidade de Goiás, 1881-1930. Vários cadernos. Manuscrito. Fundo Cônego Trindade. IPEHBC/UCG.
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Tempo e memória: a construção social da lembrança e do esquecimento*. In: Liber Intellectus, v. 1, n° 1, jun 2007. Disponível em: http://www.liberintellectus.org/artigos/artigo_Estevao.pdf. Acesso em: 24 ago 2009.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Reminiscências; Goiás de antanho, 1907 a 1911*. Goiânia: Oriente, 1974.
- MORLEY, Helena. *Minha Vida de Menina*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- PUBLICADOR, O. Orgão de interesses do povo. Goiás: n° 01-44, Fev. – Dez./1885. IPEHBC/UCG. (microfilme)
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC: Pontes, 1994.
- RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- SALOMON, Marlon. *Arquivologia das Correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *As correspondências*. Florianópolis: Edufsc, 2002.
- SANT'ANNA, Thiago. *Construindo escolas para meninas, construindo meninas nas escolas: experiências femininas na educação em Goiás (1870-1930)*. Disponível em: http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteriores/2003/experienciasfemininasnaeducacaodeGoiias.pdf. Acesso em: 04 dez. 2009.
- _____. *“Noites Abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam*

do piano na cidade de Goiás (1870-1888). In: OPISIS - Revista do NIESC, v. 6, 2006.
Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/viewFile/9314/6406>. Acesso em: 07 set. 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

_____. História Intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. In: _____. *Fragmentos de História Intelectual. Entre questionamentos e Perspectivas*. Campinas, SP: Papyrus, 2002, p. 11-27.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. *Tradição e Renovação Educacional em Goiás*. Goiânia: Oriente, 1975.

SILVA, Thomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TRIBUNA LIVRE, A. Órgão do Club Liberal de Goyás. Cidade de Goiás: nº 27-76, Ago/1878 - Ago/1879. IPEHBC/UCG. (microfilme)

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. Revista Tempo brasileiro, nº 95, out./dez., 1998, p. 119-126./VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projetos e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97-105.

VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1995.

VIGÁRIO, Jacqueline Sirqueira. História e Imaginário. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UFG/UCG, 2., Goiânia, 2009. Anais eletrônicos... Goiânia: UFG/UCG, 2009. Disponível em: http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/IISPHist09_JaquelineSgario.pdf. Acesso em: 01 set. 2010.

ZIPPERER sen., Josef. *São Bento no passado: reminiscências da época da fundação e povoação do município*. Curitiba: [s. n.], Tipografia João Haut & Cia Ltda, 1954.